Operação Heritage: Pedro Taques revela como investigação de consignados levou à apuração contra Mauro Mendes

Ex-governador afirma que análise de empréstimos de servidores públicos originou operação da PF que investiga acordo com Oi

Origem da investigação

O ex-governador Pedro Taques revelou que a Operação Heritage, executada pela Polícia Federal na quinta-feira (6), nasceu de uma investigação corporativa iniciada em novembro de 2024. Segundo ele, seu escritório começou a representar servidores públicos estaduais e teve acesso a documentos relacionados a operações de crédito consignado, estruturando assim as bases para o trabalho que se expandiria posteriormente.

Análise de contratos e movimentações financeiras

Taques explicou que o exame minucioso dos contratos de empréstimos permitiu identificar movimentações envolvendo o Banco Master e diversos fundos de investimento gerenciados pela instituição. Essa descoberta bifurcou a apuração em duas vertentes: uma relacionada aos consignados propriamente ditos e outra dedicada a rastrear o deslocamento de recursos entre fundos, que posteriormente convergiria para o contrato celebrado entre o estado e a companhia de telefonia Oi.

Metodologia e ferramentas utilizadas

A equipe liderada por Taques realizou uma investigação rigorosa utilizando dados públicos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), processando aproximadamente 12 mil registros de fundos de investimento. O trabalho combinou cruzamento de dados, análise documental e inteligência artificial para mapear a estrutura financeira que, conforme sua análise, conectaria os consignados ao acordo estadual com a Oi.

Papel da mídia local na investigação

Taques também reconheceu a contribuição de publicações da imprensa mato-grossense ao direcionarem os esforços investigativos para a execução fiscal envolvendo a operadora de telefonia. Esse direcionamento estimulou o aprofundamento da análise de documentos relativos ao acordo celebrado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), consolidando elementos que seriam posteriormente transmitidos aos órgãos de fiscalização.

Detalhes da Operação Heritage

A ação, autorizada pelo ministro Flávio Dino do Supremo Tribunal Federal (STF), investigava o acordo firmado entre o Governo de Mato Grosso e a Oi, que resultou em pagamento de aproximadamente R$ 308 milhões. Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em residência do ex-governador Mauro Mendes, na Procuradoria-Geral do Estado, em escritórios de advocacia e em outros locais ligados aos investigados, com suspeitas incluindo organização criminosa, corrupção, lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos.

Encaminhamentos e perspectivas

Taques informou que toda documentação produzida por seu escritório foi encaminhada à Procuradoria-Geral da República (PGR), Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), Ministério Público Estadual (MPE) e Assembleia Legislativa. O ex-governador defendeu a continuidade das investigações até que todas as circunstâncias do acordo sejam completamente esclarecidas.